

MULHERES VERSUS DITADURA, LATIFÚNDIO E MISOGINIA NA PARAÍBA¹

*Susel Oliveira da ROSA**

RESUMO: Nesse artigo, procuro refletir sobre os esquecimentos e silêncios que envolvem a história das mulheres e da ditadura civil-militar no Brasil. Ao fazer isso, apresento algumas mulheres paraibanas que, no contexto de exceção vivido cotidianamente dos anos 1950 para cá, investem/investiram no “cuidado com o mundo”.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Ditadura civil-militar. Testemunho. Paraíba.

Jeanne M. Gagnebin (2010), nos lembra que o silêncio sobre os mortos, desaparecidos e torturados de ontem, acostuma a silenciar sobre os mortos, desaparecidos e torturados de hoje. Vide o número de desaparecidos sociais no Brasil contemporâneo. Aqueles que enquanto vidas nuas² – como diz Giorgio Agamben (2004) – são mortos ou assassinados nas ruas e periferias das cidades brasileiras. Vida que pode ser exterminada sem que se cometa crime ou sacrilégio e remonta a uma exclusão originária que funda a comunidade humana e remete a relação de exceção. Vidas como dos inúmeros Amarildos - Amarildo Dias de Souza: pedreiro detido e assassinado por uma das Unidades de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro em 2013 - e Cláudias - Cláudia Ferreira Silva: auxiliar de

* UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. Departamento de História. Guarabira – PB – Brasil. 58200-000 - susel.oliveira@gmail.com.

¹ Pesquisa financiada pelo Edital Universal/CNPq/2013. Alguns trechos desse artigo foram retirados do livro “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante” (SP: Intermeios/Fapesp, 2013).

² ‘Vida nua’ é uma expressão retomada por Giorgio Agamben, pela qual ele designa a vida matável e insacriável do *homo sacer*, a vida que foi colocada fora da jurisdição humana; seu exemplo supremo é a vida no campo de concentração. A origem da expressão “vida nua” remonta a Walter Benjamin, para quem a ‘vida nua seria a portadora do nexos entre violência e direito.

serviços baleada e depois arrastada num carro da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 2014. Ambos pobres e negrxs: vidas matáveis no horizonte biopolítico do mundo contemporâneo. Em relatório recente, a Anistia Internacional anuncia: são mais de 30.000 jovens assassinados por ano no Brasil – desses, 77% são negros -, o que dá uma média de 82 por dia e 7 a cada duas horas³. A maioria vítima da violência policial. As Mães de Maio de 2006 brasileiras - são testemunhas dessa violência⁴.

Um impulso que vai de encontro a esse silêncio é o que nos impulsiona a escrever sobre os temas que são abordados nesse dossiê. Pra mim, significativamente, àqueles que envolvem testemunhos, pois acredito que mesmo que a linguagem possa fracassar na tentativa de abarcar os sentimentos e os sofrimentos envolvidos em situações traumáticas, precisamos inscrever na memória coletiva o trauma individual e social. Especialmente no Brasil, cuja memória do período da ditadura civil-militar é marcada por uma política de esquecimento que só recentemente – e de forma muito parcial e limitada com a criação das Comissões da Verdade, apesar de todo investimento das Comissões de Familiares e Mortos e Desaparecidos -, passa a dar lugar ao trabalho de luto e ao acerto de contas com o passado. Nesse contexto, é essencial pensarmos – como propõe Beatriz Sarlo (2007) - que a lembrança precisa vir acompanhada da reflexão: como aconteceu, por que aconteceu, de que forma foi possível?

Mesmo que não tenhamos ainda uma cultura do testemunho em terras brasileiras, a reflexão de Sarlo (2007) é válida, pois a violência que marca a trajetória do estado-república-de-exceção no país – e se intensificou com as ditaduras – autoriza os desaparecimentos, as exclusões e os assassinatos sociais e políticos de ontem e hoje.

Logo, vale sublinhar também que quando falamos em memória, falamos na dinâmica entre lembrança e esquecimento – dinâmica essencial ao funcionamento da memória. Nesse sentido, Gagnebin (2010) – acompanhada por Ricouer, Freud, Proust, Nietzsche, entre outros – lembra-nos que existem algumas modalidades positivas de esquecimento – nas quais o esquecimento não é uma não-memória, não é um apagar dos rastros ou uma página em branco. Dentre esses esquecimentos positivos, a filósofa cita:

O esquecimento de reserva: que de Freud a Proust está ligado as lembranças não-conscientes/inconscientes, que podem se transformar em aliados preciosos no processo de recordação, quando solicitadas; o esquecimento alegre, de Nietzsche: uma dimensão feliz do esquecimento, que acena pra leveza, mas isso depois de

³ Para saber mais consultar Anistia Internacional, *Jovem Negro Vivo*, Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

⁴ Sobre as “Mães de Maio de 2006” brasileiras, consultar: <<http://maesdemaio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

um longo e generoso processo de elaboração. Esquecimento que, pós-elaboração, permite que não se carregue mais o passado como uma pedra nos ombros, o que cede lugar a novas possibilidades de vida:

Como se sabe, no mínimo desde Freud e Proust, o esquecimento não é somente uma não-memória, um apagar de rastros, uma página em branco. Existe também aquilo que Paul Ricouer, na sua suma *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, chama de “esquecimento de reserva”, isto é, um manancial de lembranças não conscientes, diria Proust, inconscientes, diria Freud, que pode se transformar num precioso aliado no processo de recordação quando o sujeito do lembrar desiste de tudo controlar no campo restrito de sua consciência. Existe igualmente, como afirma toda a filosofia de Nietzsche, uma dimensão feliz do esquecimento, uma alegria e uma leveza que permitem fazer as pazes com o passado, geralmente depois de um longo, dolorido e generoso processo de elaboração, leveza e alegria que possibilitam não carregar mais o passado como uma pedra nos ombros, mas reaprender a dançar e a inventar outras figuras de vida no presente. Esse esquecimento feliz remete, na tradição literária e filosófica, ao êxtase erótico e à embriaguez dionisíaca, na tradição religiosa ao enlevo místico, à Graça e ao Perdão que são como prefigurações da Redenção [...] **Essas dimensões positivas do esquecimento nunca negam ou apagam o passado, mas transformam seu estatuto vivido no presente**, permitem que se viva sem ressentimento, diz Nietzsche, sem cair na perpétua repetição, diz Freud, **permitem a instauração do novo**. (GAGNEBIN, 2010, p.179).

No Brasil, as pessoas que viveram os anos da ditadura civil-militar, que foram presas, torturadas ou acompanharam amigos e parentes que o foram, não tiveram ainda a possibilidade de acionar essas dimensões positivas e essenciais a vida. A imposição do esquecimento, como gesto forçado de apagar e ignorar, de fazer como se não houvesse havido tal crime, dor, trauma, ferida no passado, vai na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida. Lembrando que impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar, uma memória impedida. Espaços vazios, buracos de memória, do não-dito do passado que se entrelaçam aos lugares sem lei do presente, espaços de exclusão e exceção (GAGNEBIN, 2010).

Esquecimento que toca em especial a trajetória das mulheres. Vale lembrar que para a ditadura, as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a ditadura e transgrediam ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política (COLLING, 1999; FERREIRA, 1996; ROSA, 2013; RAGO, 2013; TEGA, 2010).

Logo, abordar a história dessas mulheres significa abordar versões diferentes da ditadura, como propõe Leonor Arfuch (2009). Versões que supõem um trabalho com a memória, em seu entrelaçamento com o público, o privado e o íntimo, especialmente quando também está em jogo o corpo. Está em jogo o corpo, por que se a disseminação da tortura, do desaparecimento e dos sequestros perpetrados pelas forças repressivas atingiram os militantes em geral, adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero. Torturar através de estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas.

Eis que essas versões mostram a diversidade de perspectivas nos processos históricos, já que se faz necessário falar da tortura e simbolizar o traumático. E não só como denúncia do horror, mas para mostrar como os testemunhos das presas e presos políticos falam também de resgate de valores, de cuidado com o mundo, de valorização do espaço público, de políticas da amizade (SAPRIZA, 2009; ROSA, 2013).

Essa é uma questão que me acompanhou ao refletir sobre a trajetória de mulheres que lutaram contra as ditaduras militares instauradas na América Latina. Mulheres como Vera Lucia Magalhães, Yara Gouveia, Delcy Gonçalves de Paula, Maria José de Lima e muitas outras. Mulheres que viveram os tempos sombrios da ditadura militar, inventando possíveis saídas para além das capturas biopolíticas. Suas narrativas femininas (feminino aqui entendido como construção cultural e não dado natural), vale dizer, não lamentam o destino da revolução. São narrativas que privilegiam o devir revolucionário, para Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), o único capaz de conjurar a vergonha e responder ao intolerável.

Vale enfatizar, como diz Rago (2009) que não se trata de vitimizar mais uma vez as mulheres nem de construir figuras heroicas ou idealizadas. Trata-se, antes, de abrir espaços para outras memórias. Memórias que estejam diretamente ligadas ao fato de que, se no limiar da modernidade biológica a espécie ingressou no jogo das estratégias políticas, dando forma a biopolítica, isso não significa que a vida tenha sido totalmente integrada às técnicas que a gerenciam, ela lhes escapa continuamente, como ressaltou Michel Foucault (2001).

Mas como manter o empenho com o mundo num contexto de exceção? Que estratégias e resistências foram possíveis? Estratégias não excepcionais, num contexto de excepcionalidade. Nilce Cardoso, Danda Prado, Flávia Schilling e muitas outras mulheres responderam a minha pergunta através de suas trajetórias numa pesquisa de pós-doutoramento que realizei entre os anos de 2008 e 2011 (ROSA, 2013). Entretanto, essas questões continuaram em minha mente ao

chegar na Paraíba - estado do nordeste brasileiro, sede de algumas das conhecidas Ligas Camponesas⁵ e local de conflitos intensos pela terra, com muitas mulheres envolvidas nos movimentos sociais e políticos. Dessa vez, não apenas contra a ditadura, mas também contra o latifúndio.

Nesse artigo, ao refletir sobre os esquecimentos e silêncios que envolvem a história das mulheres e da ditadura civil-militar no Brasil, faço uma breve apresentação – fruto de um levantamento preliminar de pesquisa - de algumas mulheres paraibanas que no contexto de exceção vivido cotidianamente dos anos 1950 para cá, investem/investiram no cuidado com o mundo.

“Por muito que as coisas do mundo nos afetem, por muito profundamente que nos abalem e estimulem, só se tornam humanas para nós quando podemos discutilas com nossos semelhantes”, diz Hannah Arendt (1991, p.36) ao retomar o valor político da amizade, aliada à noção de “cuidado com o mundo”. Mundo que Arendt não entendia, simplesmente, como as pessoas que o habitavam, mas sim como o espaço-entre, “o mundo está entre as pessoas [...] muito mais do que os homens, ou o homem, ao contrário do que muitas vezes se pensa” (ARENDR, 1991, p.12-13). Ao aceitar o compromisso com o mundo torna-se contingente refletir sobre o que estamos fazendo de nós mesmos, problematizar nossas práticas, localizando-nos no entre-tempo das coisas que não são mais e daquelas que virão a ser.

Camponesas, repentistas, advogadas, freiras: elas são muitas e múltiplas

As mulheres do presente
Não são mais as do passado,
Não ficam em cima do muro
Olhando para cada lado
Sem ter direito de ver seu sonho realizado.
As mulheres do passado
Viviam sem opção
Eram escravas do lar da cozinha e do fogão
Objetos de prazer dos desejos do machão.
Aprendemos dizer não,
Para nossa outra metade
E não baixar a cabeça perante a sociedade
Porque a mulher não é de ninguém propriedade.
(Soledade e Minervina - CD Vozes que se misturam)

⁵ Sobre a história das Ligas Camponesas na Paraíba, vale a pena conferir Rangel (2000).

Mulheres como **Elizabeth Teixeira** e **Margarida Maria Alves** investiram no cuidado com o mundo no sentido arendtiano de pensar sobre seu tempo e agir no espaço público. Tanto Elizabeth Teixeira quanto Margarida Alves tem em comum o território-espaço onde viveram: a Paraíba. Elizabeth Teixeira assumiu papel central de liderança na Liga Camponesa de Sapé – cidade localizada na região do chamado Brejo Paraibano, território que foi alvo de repressão intensa, tanto dos latifundiários (e seus pistoleiros), quanto do Estado. Espaço que congrega muitos municípios e faz fronteira com Rio Grande do Norte e Pernambuco – logo após o assassinato de João Pedro Teixeira⁶. Margarida Maria Alves foi líder sindical, ligada ao Sindicato dos trabalhadores Rurais da cidade de Alagoa Grande/PB e ao Movimento das Mulheres Camponesas da Paraíba. Foi assassinada por pistoleiros de latifundiários e usineiros no ano de 1983. Sobre ambas já temos alguma produção bibliográfica que trata de registrar suas trajetórias⁷.

Porém, além de Elizabeth Teixeira e Margarida Alves muitas outras mulheres se insurgiram contra o sistema vigente – a ditadura civil-militar e o latifúndio – na região. Mulheres como **Cândida Magalhães** que participou dos primeiros movimentos feministas, foi presa durante a ditadura e trabalha(ou) na Secretaria de Política para Mulheres da Paraíba. Como **Lourdes Meira** que ligada ao PC do B também lutou contra a ditadura e hoje faz parte da União Brasileira de Mulheres e é uma das coordenadoras do Fórum das Mulheres da Paraíba. Mulheres como **Maria do Carmo de Aquino** – também conhecida como **Maria Cuba**, referência explícita as suas passagens por Cuba durante os anos 1970 – que criou a Liga Camponesa de Guarabira e foi presidenta da Associação das Ligas Camponesas do Brejo. Maria Cuba ou *Maria del Cuba* – como chamavam-na os companheiros cubanos - precisou exilar-se e só voltou ao Brasil pós-anistia. Ou ainda, mulheres como **Valeria Resende**: freira que abrigou e refugiou militantes perseguidos pela ditadura, na cidade de Guarabira e **Isabel Cavalcante**, advogada que defendeu os trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Conduzida ao DOPS de Recife várias vezes, ainda nos anos da ditadura civil-militar criou o Centro de Direitos Humanos da cidade de Guarabira/PB. Acusada de comunista sofreu cerceamentos profissionais em função de sua trajetória de luta e militância.

Mulheres como **Ophélia Amorim**, advogada paraibana que trabalhou na Superintendência da Reforma Agrária e participou da Liga Camponesa de Sapé e atualmente reside no interior do estado de São Paulo. Lutou em defesa dos direitos

⁶ Sobre João Teixeira e sobre as Ligas Camponesas: "Cabra marcado para morrer" (1984), filme sob direção de Eduardo Coutinho/Brasil, e *Lutas Camponesas no Nordeste* de Manuel Correia de Andrade (1986), entre outros.

⁷ Ana Paula Ferreira (2010); Guilherme Rocha (1996); Lourdes Bandeira, Neide Miele e Rosa Godoy (1997), entre outros.

trabalhistas, contra os abusos dos latifundiários, abusos que se intensificaram com o golpe civil-militar. Seus vínculos políticos, o fato de advogar em nome dos trabalhadores rurais e a defesa da Reforma Agrária resultou na sua prisão logo após o golpe, em abril de 1964. Em seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade/PB em 14 de abril de 2014 (PARAÍBA, 2014), enfatizou que “[...] a repressão não tinha medidas: poderia ser de uma prisão até ao espancamento; passamos por espancamentos, torturas e até a morte, como ocorreu com vários companheiros nossos... fui presa no dia 6 de abril, também de 1964”.

Mulheres como **Maria da Penha do Nascimento Silva**, líder sindical que junto com Margarida Maria Alves lutou pelas impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses. Após o assassinato de Margarida, Penha deu continuidade ao trabalho. Participou da criação da CUT/PB (Central Única dos Trabalhadores da Paraíba) da qual também foi diretora. Foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e publicou os livros *Violência Rural e Reforma Agrária* (SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE, 1986) e *Porque trabalhar com mulheres* (SILVA, 1988), além de inúmeras outras publicações e cadernos organizados. Morreu no mesmo acidente que vitimou a feminista Elizabeth Lobo, em março de 1991, alguns dias antes de testemunhar no inquérito que investigava a morte de Margarida Maria Alves. Além de Penha e Elizabeth Lobo, estavam no carro duas professoras: Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Sobre a fatalidade, Lourdes Bandeira rememora:

O acidente provocou mobilização social e política muito forte, pois se tratava de duas mortes e, sobretudo, da sindicalista Maria da Penha que seria a testemunha na semana seguinte, da morte de outra sindicalista, Margarida Alves. Maria da Penha vinha sofrendo ameaças há algum tempo. Foi levantada a hipótese de que o acidente teria sido um atentado a Maria da Penha, sei que é uma história muito complicada, mas sem dúvida, foi uma profunda fatalidade. Foi um momento de muita dor e muito sofrimento para todas nós, familiares, amigos e colegas. A professora Elizabeth Lobo, da USP havia demonstrado interesse em participar da entrevista com Elizabeth Teixeira, porque ela e o marido tinham, em algum momento anterior, assessorado o cineasta Eduardo Coutinho que escreveu o roteiro do filme “Um cara marcado para morrer”. Na verdade, o livro sobre Elizabeth Teixeira seria publicado com o nome parafraseando: “Uma mulher marcada para viver”. Foi publicado um livro, mas com muitas reservas. Penso em retomá-lo, num futuro próximo, após uma conversa com Dona Elizabeth Teixeira. (GROSSI; MINELLA; PORTO, 2006, p. 233).

Mulheres como **Maria da Soledade Leite**, camponesa-repentista que atuou na Liga Camponesa de Mulheres com Margarida Alves e Maria da Penha: “[...] conheci a Margarida e a Penha em 1975 [...] Depois da morte de Margarida a gente viu a necessidade de fundar um movimento de mulheres; aí a gente fundou, a gente criou o MMB”⁸. Soledade deu continuidade ao trabalho de ambas e continua atuando no MMB (Movimento de Mulheres do Brejo da Paraíba) e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB). Os repentes de Maria da Soledade são marcados pelo envolvimento social e político, especialmente a luta pela terra e o feminismo, a exemplo do repente – ou arte da cantoria – usado como epígrafe no início desse tópico. Conta que depois da morte de Margarida e Penha, enfrentou muitas dificuldades para continuar com o MMT /MMB, mas conseguiu dar continuidade ao trabalho com a ajuda de outras mulheres como **Luzia Soares Ferreira**. Luzia é atual presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, trabalhou com Penha e atualmente também coordena, na cidade onde mora, uma Rede de Letramento de Jovens e Adultos. Conta-nos como surgiu a necessidade de criar um movimento de mulheres:

O movimento surgiu do momento que vimos a necessidade. Como foi essa necessidade? Os homens vinham para as reuniões e traziam as mulheres, só que as mulheres não tinham o direito de falar, só quem falava eram os homens. Eu, Penha e Carmelita Pedrosa, a gente começou com aquela preocupação: “por que vocês não falam mulheres? Falem também vocês, também são sócias [...] Elas ficavam ali com vergonha, porque na época elas achavam que só o homem tinha direito, o homem era tudo e nós mulheres não era nada [...] Penha dizia: “Luzia, as mulheres não falam aqui, então vamos formar um grupo de mulheres”. Eu disse: “É Penha, nós já temos um grupo, tem Carmelita, tem eu e tem você, Soledade, tem Ilda [...]Aí a gente começou se reunindo e fomos juntando aquelas mulheres [...]”. (Depoimento de Luzia Soares Ferreira)⁹.

Mulheres como **Maria das Neves Moura do Nascimento** – mais conhecida como **Dona Lia** – agricultora que fundou o STRR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Riachão/PB) e a Associação de Mulheres.

Sobre essas e outras mulheres e inspirada em trabalhos como os de Rago (2009, 2010, 2013), Shoiet (2009, 2003), Pedro (2009, 2010), Moraes (2008, 2000), Wolff (2013, 2009) e Sapriza (2009) - uma das responsáveis pelo projeto *Memória para Armar*, que reuniu mais de 300 relatos de ex-presas políticas e mulheres que vivenciaram a ditadura no Uruguai -, entre outras, que registro, agora, histórias de

⁸ Entrevista com a autora em 28/06/2014.

⁹ Entrevista realizada em 13/01/2015.

mulheres que investiram no cuidado com o mundo e no devir revolucionário na Paraíba, durante, antes e após os anos da ditadura civil-militar.

Ao afirmar que a vida tornara-se alvo dos investimentos biopolíticos, Michel Foucault (2001, p.134) não deixou de lembrar, também, que essa mesma vida, sem cessar, escapa aos cálculos do poder: “não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente”. Faz isso se apoiando no mesmo ponto onde o biopoder investe, ou seja, na vida: “[...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível” (FOUCAULT, 2001, p.135).

Essas são histórias de mulheres que, no mínimo, tensionaram e escaparam inúmeras vezes às capturas e aos cálculos do poder em meio aos tempos sombrios, no exato sentido atribuído por Hannah Arendt (1991) à expressão. Tempos de estado de exceção, de ditadura, de repressão, de pena de morte, de assassinatos e perseguições políticas explícitas. Algumas talvez não tenham se conhecido, não tenham sido amigas, mas têm em comum o que Arendt (1991) chamou de inquietação e compromisso com o mundo. Carecem de uma concordância feliz e natural com o mundo. Nesse sentido, manter-se empenhado com o mundo significa não se sentir bem com o que acontece no seu tempo e, apesar disso, continuar acreditando nas possibilidades, manter seu compromisso em relação ao mundo.

Da solidão das memórias obliteradas

Devo ressaltar ainda que, se as mulheres têm estado ausentes, com algumas exceções, nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os acontecimentos da ditadura civil-militar, esse contexto é mais intenso quando falamos no Estado da Paraíba e, em especial, o interior: a região do Agreste e do Brejo paraibano. Espaço-território onde foram formadas algumas das mais conhecidas Ligas Camponesas do Nordeste (como as das cidades de Sapé e Guarabira). Espaço-território que, como enfatizei anteriormente, foi alvo de repressão intensa: tanto dos latifundiários (e seus pistoleiros), quanto do Estado.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012 (WASELFSZ, 2012), o estado da Paraíba é um estado que registra 20 vezes mais homicídios contra negros do que contra brancos; altos índices de violência contra as mulheres e contra homossexuais; estado de onde partiram grandes contingentes migratórios de áreas rurais para zonas industriais do centro-sul brasileiro, e de onde são recrutados cerca de 8% dos trabalhadores, submetidos às condições análogas à escravidão em outras regiões do

país, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011); região com fortes traços de formas de dominação política tradicional e conflitos sociais intensos, particularmente relacionados à questão agrária.

Espaço-território marcado pela luta dos camponeses e trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Espaço-território inúmeras vezes marcado pelo medo e pelo silêncio mesmo anos após o fim das ligas camponesas e de muitas mortes – como o assassinato de Margarida Maria Alves em 1983. Medo e silêncio possíveis de registrar através das lembranças dos moradores da região: “Há muitos anos atrás, quando comecei esta pesquisa, compartilhei com um grupo de pesquisadores [...] a forte sensação de que as Ligas Camponesas eram ainda muito presentes no cotidiano dos trabalhadores daquela região, mas uma experiência silenciada [...] o tempo vivenciado se dividia em ‘antes’ delas e ‘depois’ delas” (RANGEL, 2000, p.11).

Em sua dissertação, defendida no ano de 2000 – *Medo da morte, esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba* – a historiadora Socorro Rangel conta que alguns de seus entrevistados:

[...] não conseguiam falar porque o corpo todo tremia. Outros marcavam as entrevistas e sumiam misteriosamente. Outros me pediam dinheiro para o caso de precisar fugir depois da entrevista. Muitos se disseram doentes e, portanto, impossibilitados de lembrar. E a maioria, simplesmente, se recusava a tocar no assunto. No entanto, o medo que impedia o discurso, explicitava nas caras, nos gestos, nas atitudes e nas falas de recusa, a densidade de uma experiência permanentemente renovada numa relação tensa e vigilante entre os camponeses e os donos da terra. Impedidos de partilharem as lembranças, a memória das Ligas para os camponeses, era dolorosamente solitária (RANGEL, 2000, p.11).

Silêncio que resulta na/da política de esquecimento que marca a trajetória do Estado brasileiro no que diz respeito às memórias da ditadura. Silêncio que recentemente vem sendo problematizado com a criação da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões Estaduais da Verdade. Política de silenciamento, investimento em uma memória única que acaba por apagar também as histórias das resistências, como nos mostra Flávia Schilling (2010). No caso das lembranças sobre as Ligas Camponesas e a atuação da repressão na Paraíba, silêncio sobre

[...] as torturas, as mortes dos companheiros, as ameaças permanentemente renovadas, [que] destruíram os suportes da memória coletiva, o que restou, foram fragmentos dolorosamente e só aparentemente esquecidos. Através dos signos do medo – mãos que tremiam, vozes que se calavam, corpos que adoeciam e dos discursos dolorosamente manifestados, fui desvendando os contornos de uma

memória, que codificou além do medo, desejos, disposições e esperanças, porque quando resolvem romper com o silêncio, quase sempre submerge do discurso, por contraste, a evocação de uma outra história, ressignificada pelo orgulho e pela esperança (RANGEL, 2000, p.III).

Silêncio que se acentua quando falamos da violência contra as mulheres, já que para a repressão e seus agentes, as mulheres militantes encarnavam um “[...] papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (FERREIRA, 1996, p.152). A figura da mãe ou da santa – comum nos anos 1970 – cedia lugar rapidamente à figura da bruxa e da prostituta. Elizabeth Ferreira (1996) salienta que as mulheres não eram acusadas somente por serem terroristas, mas acusadas duplamente por serem terroristas e mulheres: uma combinação infame para a repressão. Desde o momento da prisão até o horror da sala de torturas, estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres.

Agentes que, durante a ditadura militar, tinham uma licença especial para matar, torturar ou estuprar. Agentes que viam as mulheres militantes como “desviantes, aquelas que renegavam sua natureza, ousando ocupar o espaço da luta política” (COLLING, 1999, p.97). Mesmo nos relatos posteriores sobre a trajetórias das mulheres, nas pesquisas que se propõem a resgatar suas trajetórias e enfatizar suas lutas, percebemos ainda o quanto essas trajetórias continuam sendo apresentadas de acordo com as performances de sexo e gênero (ROSA, 2013).

Alômia Silva (2008) lembra – para citar um exemplo – que os registros mais significativos de **Elizabeth Teixeira** são marcados pela sua condição primeira de viúva do líder das ligas camponesas. Esposa que, depois do assassinato de João Teixeira, assume o lugar de liderança ocupado pelo marido. Elizabeth Teixeira é a líder que deu continuidade ao lugar ocupado pelo marido assassinado, é a mãe dos filhos de João Teixeira, é a eterna viúva de João. Condição de viuvez que é marcada pela falta. Já os relatos e representações de **Margarida Maria Alves** estão sempre acompanhados da descrição da mulher que apesar de ocupar o espaço público da arena política, de coordenar um sindicato e ocupar o lugar de líder da luta dos camponeses frente aos latifundiários, não deixou de ser uma excelente mãe, esposa e religiosa. Essas características são sempre enfatizadas quando se fala da líder dos trabalhadores rurais. Novamente é o corpo das mulheres, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva que são enfatizados. Dessa vez, para mostrar que ocupar o espaço público não deve excluir o lugar de ser o sexo e a maternidade.

O testemunho e as mulheres...

No nosso processo civil e penal brasileiro, existem duas maneiras de uma pessoa testemunhar sobre o fato. Uma se chama a testemunha presencial e a outra que sabe do fato por ouvir dizer. Eu sou testemunha da primeira categoria, a testemunha que presenciou o fato. (Ophelia Amorim, Depoimento na Comissão Estadual da Verdade)¹⁰.

Em seus inúmeros escritos sobre o testemunho, Seligmann-Silva (2010), além de enfatizar que “[...] o testemunho, com todos seus conhecidos limites, buracos e impossibilidades, pode ser um caminho para [...] o que foi e ainda é recalcado pelas nossas elites”, retoma a tragédia grega *Eumênides* – que narra a história do julgamento do matricida Orestes – acenando para o argumento patrilinear e falocêntrico que estaria na origem do testemunho. “Orestes reconhece ser o assassino, mas nega que tenha sido injusto. Afinal ele não teria matado um parente ao matar a mãe. Neste ponto, ele pede que Apolo o apoie com seu testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 75). Apolo testemunha, afirmando que o filho não é gerado pela mãe, pois o criador de fato seria o homem que fecunda. Além de Apolo, Atena também reafirma o argumento falocêntrico que torna o matricida Orestes - antes banido pelo assassinato da mãe - rei de Argos. Julgamento que tem como coluna vertebral, o testemunho. Nessa lógica testemunhal patrilinear – em outra tragédia, o parricida Édipo é excluído da comunidade pelo assassinato do pai e tornado *homo sacer* (AGAMBEN, 2010) – o matricida Orestes é inocentado e reconhecido como autoridade.

Para além da tragédia grega, Seligmann-Silva (2005) lembra ainda que a palavra *testis* em latim significa igualmente testemunho e testículo. Já no hebraico bíblico as palavras memória – *Zehker* - e masculino – *Zakhar* - se aproximam, enquanto a palavra que designa mulher e esposa – *Isha* -, estaria mais próxima de esquecimento - *Neshia*. Talvez aqui, possamos entender a pouca visibilidade e, mesmo ausência, dos testemunhos femininos na História patriarcal da ditadura civil-militar no Brasil.

Esse formato original do testemunho estaria ligado a uma lógica do convencimento em que o que conta mais é o olhar: “[...] o olhar e não a audição tem a absoluta precedência na cena patriarcal do testemunho [...] a claridade dos olhos, a luminosidade irrefutável da prova são postas ao lado do argumento patrilinear e falocêntrico” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.76-77).

¹⁰ Audiência pública realizada em 14.04.2014 na cidade de Sapé/Paraíba. Transcrição da autora.

Considerando a necessidade do testemunho, especialmente num país em que não temos essa cultura, Seligmann-Silva (2005) propõe que pensemos o testemunho para além dos seus significados originais, adotando, também, o modelo auricular. Diz isso, ao lembrar que testemunho também inclui sobrevivente:

Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), e sem esquecer testis a favor apenas de superstes, minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles se relacionam também de modo conflitivo. [...] Vendo o testemunho como o vértice entre a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, essa necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.81-82).

Num modelo auricular, podemos considerar efetivamente a proposta de Gagnebin (2006, 2010) de ampliarmos o conceito de testemunha: **testemunha** não só no sentido daquele que viu e viveu, mas também daquele que ouve a narração do outro e atualiza essa memória. Certamente, incluindo as mulheres e todos os que escapam a ordem falocêntrica, branca e heterossexual.

Nesse sentido, ouvir a narração, acessar os arquivos pessoais e públicos de mulheres como Maria do Carmo de Aquino, Maria da Soledade Leite, Ophélia Amorim, Maria da Penha Nascimento, Dona Lia, entre outras, significa ampliar o conceito de testemunha e dar visibilidade às narrativas femininas que ousam denunciar, refletir e testemunhar, fragmentando as histórias oficiais, abrindo brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido, como propõe Rago (2009, 2013).

WOMEN VERSUS DICTATORSHIP, LARGE ESTATE, AND MISOGYNY IN PARAÍBA

ABSTRACT: *This paper, in reflecting on forgetting and the silences involving women's history and the civil-militar dictatorship in Brazil, introduces some women from Paraíba who, in the state of exception lived daily from the 1950's up to the present days, have invested in the "care of the world" (Arendt, 1991).*

KEYWORDS: *Women. Civil-Militar dictatorship. Testimony. Paraíba.*

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

_____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

ARFUCH, L. Mujeres que narran: trauma e memória. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Elenco: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes de Galiléia (Pernambuco). Narração: Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. Brasil, 1984. 1 DVD (120 min).

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FERREIRA, A. P. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**. 2010. 146f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v.1.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.177-186.

_____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. (Org.). **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

MORAES, M. L. Q. Direitos humanos e terrorismo de Estado: a experiência brasileira. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 13, 2008.

_____. Os direitos humanos como direitos históricos e a contribuição do feminismo brasileiro. **Revista Ideias**, Campinas, p.1, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Igualdade no trabalho: um desafio contínuo**. 2011. Trabalho apresentado ao 100º Conferência Internacional do Trabalho, [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorioglobal_2011.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

PARAÍBA. **Relatório Estadual da Comissão da Verdade**. 2014. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

PEDRO, J. Narrativas do feminismo em países do Cones Sul: 1960-1989. In: PEDRO, J.; WOLFF, C. S. (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. v.1. p.115-137.

_____. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. **Revista CLIO**, Recife, v. 26, 2009.

RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013.

_____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Sheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. v.1. p.156-173.

_____. Desejo de memória. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

RANGEL, S. **Medo da morte, esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba**. 2000. 372f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROCHA, G. **Margarida Alves**. São Paulo: Salesiana, 1996.

ROSA, S. O. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios, 2013.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAPRIZA, G. **Memoria para armar: la construcción de un archivo: Relatos de mujeres sobre la dictadura en Uruguay**. In: ENCUESTRO ARCHIVOS Y DERECHOS HUMANOS: EL ARCHIVO Y EL TESTIMONIO, 3., Buenos Aires, sept. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/sapriza.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

SCHILLING, F. Memória como resistência ou resistência como construção da memória. In: PADRÓS, E.S et al. (Org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul: história e memória: conexão repressiva e operação condor**. Porto Alegre: Corag, 2010. v.3. p.141-178.

SHOJET, R. Cisões, alianças e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro: anos 1970-1980. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

_____. Mulheres e biografia: significados para a História. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 9, 2003.

SILVA, A. A. **Paraíba mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)firos da história**. 2008. 252f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.2, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/158>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.30, p. 71-98, jun. 2005.

SILVA, M. da P. do N. **Porque trabalhar com mulheres**. Alagoa Grande: Colina da primavera, 1988.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência Rural e Reforma Agrária: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande**. Alagoa Grande: Colina da primavera, 1986.

TEGA, D. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

WOLFF, C. S. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, p 451-471, 2013.

_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v.13, p.124-130, 2009.

Recebido em 09/02/2015.

Aprovado em 25/10/2015.